FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 17.234.244/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a Companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste que era composta das seguintes superintendências regionais: SR 1 (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte), SR 11 (Ceará) e SR 12 (Piauí e Maranhão). Possui 4.238 km que se estendem pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Interliga as principais regiões produtoras a 06 (seis) Portos, sendo 03 (três) de grande calado: Itaqui (MA), Pecém (CE) e Suape (PE), além de contribuir grandemente na distribuição interna de produtos desses Estados.

Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizado pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas FTL e TLSA.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2014 comparando-os com 2013, neste considerando apenas o mês de dezembro que foi o primeiro mês de operação da FTL após a cisão.

As demonstrações financeiras foram auditadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Os destaques comerciais de 2014, foram:

- Receita Bruta de R$ 106,8 milhões;
- Volume faturado de 597 milhões de TKU (tonelada útil por quilômetro) e 2.036 TU (toneladas úteis);
- Atingimos um EBITDA ajustado de R$ 6,86 milhões no exercício;
- Renovamos o contrato com a BR Distribuidora, maior *player do segmento combustíveis, renegociando provisões de Take or Pay* de 2012 com ganhos significativos para a Ferrovia;
- Renovamos o contrato com a Ipiranga Produtos de Petróleo, revertendo provisões de *Take or Pay* de 2012 com ganhos significativos para a Ferrovia;
- Iniciamos o transporte de Cimento ensacado com a Apodi Cimentos, no sentido de reverter as perdas com a redução dos volumes da Votorantim Cimentos, garantindo a produção do período e após a finalização da obra ferroviária no Porto do Pecém, já embarcamos cargas para os destinos Teresina e São Luís, entregando uma solução logística integrada (transporte ferroviário e armazenagem), ampliando ainda mais os negócios de transporte e também melhorando a Receita Alternativa. Para 2015 avançamos na negociação para a adaptação de vagões fechados para essa carga, do tipo FLC (portas de correr tipo *sider*) com investimentos de R$ 800 mil por parte do Cliente;
- A Globest Mineração paralisou os transportes de carga, no final do quarto trimestre, principalmente pela acentuada queda do preço do minério no mercado internacional, abaixo de USD 70 por tonelada, o que reduz significativamente nossa produção e prejudica a receita ferroviária;
- Em busca de novos negócios, fizemos um piloto de transporte de Fertilizantes entre o Porto do Mucuripe e a cidade de São Luís, obtendo ótimos resultados e recuperando a produção no final de 2014. O sucesso da operação nos habilita a buscar novos negócios nesse segmento para 2015;
- Avançamos nas operações do contrato de Transporte Ferroviário e Operação Portuária com a Suzano Papel e Celulose, atingindo ao longo de 2014 um volume de 820 mil toneladas e uma receita bruta total de R$ 10,6 milhões. O volume estimado é de cerca de 4 milhões de toneladas ao longo de 3 anos, o que garantirá receita e produção adicional para a ferrovia ao longo de 2014, 2015 e 2016;
- Atingimos novos recordes no transporte de derivados claros (gasolina e diesel) no fluxo São Luís para Teresina, com médias já acima de 1.500 vagões carregados por mês, e atingimos um total de 712 mil metros cúbicos neste ano;
- Atingimos novos recordes de transporte de produtos siderúrgicos no fluxo entre Pecém e Teresina, atingindo um total de 142 mil toneladas neste ano, para o parceiro Ferronorte.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2014 totalizou R$ 106.796 mil, sendo composta da seguinte forma: receita de transporte R$ 75.858 mil, Direito de Passagem R$ 22.570 mil e Gestão Patrimonial R$ 8.368 mil. Em 2013, a Receita Bruta foi de R$ 6.196 mil (referente ao mês de dezembro de 2013).

Em 2014 a empresa faturou no total 596.741 mil TKU e 2.036 TU. Os segmentos de Energia, Construção e Siderurgia foram os que mais de destacaram, responsáveis por 79% da TKU transportada.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), foi de R$ 127,12 em 2014.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

Em relação à receita faturada os segmentos que se destacaram em 2014 foram: Energia, seguido pelo de Extração de óleo vegetal e celulose e Construção, os quais juntos foram responsáveis por 78% (86% em dezembro de 2013) da receita bruta ferroviária, equivalente a R$ 58.970 mil do total de R$ 75.859 mil (R$ 4.041 mil do total de R$ 4.703 mil em dezembro de 2013).

A tabela abaixo mostra a participação e evolução de cada segmento em relação ao total da ROB, TU e TKU nos anos de 2013 e 2014.

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
PERÍODO 2014 - 2013

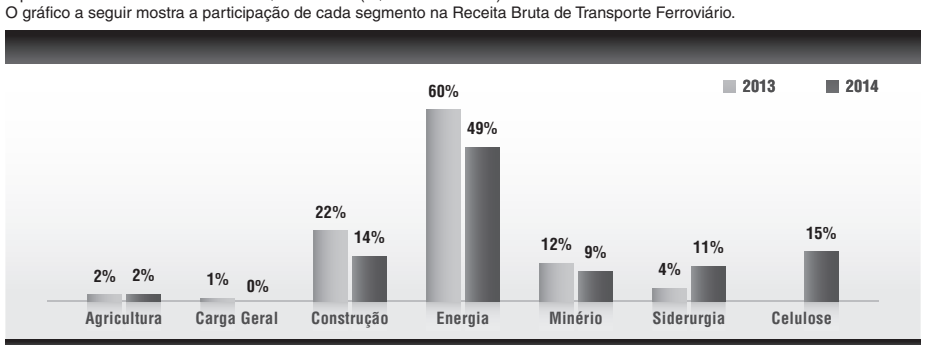
Segmento	Ano	Percentual ROB	▲ p.p	Percentual TU	▲ p.p	Percentual TKU	▲ p.p
Agricultura	2013	2%	1	2%	-	2%	3
	2014	2%		2%		6%	
Carga Geral	2013	1%	(1)	1%	(1)	1%	(0)
	2014	0%		0%		0%	
Construção	2013	22%	(8)	31%	(17)	27%	8
	2014	14%		14%		20%	
Energia	2013	60%	(12)	47%	20	48%	7
	2014	49%		27%		41%	
Minério	2013	12%	(3)	17%	(7)	17%	(2)
	2014	9%		10%		15%	
Siderurgia	2013	4%	7	3%	4	6%	12
	2014	11%		7%		18%	
Extração Óleo vegetal e Celulose	2013	0%	15	0%	40	0%	-
	2014	15%		40%		0%	

No segmento de Energia são transportados óleo diesel e gasolina. Juntos transportaram 247.409 mil TKU (20.588 mil TKU em dezembro de 2013). A ROB para este segmento foi de R$ 36.879 mil (R$ 2.844 mil em dezembro de 2013).

O transporte de celulose movimentou 2.346 mil TKU's e uma receita de R$ 11.517 mil, equivalente a 15% da ROB em 2014.

O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento. Movimentou 120.834 mil TKUs (R$ 11.467 em 2013), equivalente a uma receita bruta de R$ 10.574 mil (R$ 1.013 em 2013).

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR ÁREA DE NEGÓCIOS

A área de negócio de São Luís participou com 64% da Receita de Transporte em 2014, com um total de R$ 48.791 mil (R$ 2.844 mil em dezembro de 2013). Foram transportados nessa área os segmentos de Energia e Extração de Óleo Vegetal e Celulose.

A receita referente à área de Fortaleza totalizou R$ 27.068 mil, o que equivale a 36% do total da Receita de Transporte Ferroviário no ano de 2014 (R$ 1.859 mil em dezembro de 2013). Os segmentos destaques nesta área são Construção, Minério e Siderurgia, com participação de 92% na receita gerada nesta área. Agricultura teve uma pequena participação com 7% da receita gerada.

TOTAL ACUMULADO POR FILIAL
PERÍODO 2014 - 2013

Área Negócio	Ano	ROB	▲ R$ mil	TU mil	▲ R$ mil	TKU mil	▲ R$
Fortaleza	2013	1.859	25.208	53	602	22.432	319.323
	2014	27.067		655		341.755	
São Luis	2013	2.844	45.948	47	1.334	20.589	234.397
	2014	48.792		1.381		254.986	

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
PERÍODO 2014 - 2013

Área Negócio	Ano	Percentual ROB	▲ p.p	Percentual TU	▲ p.p	Percentual TKU	▲ p.p
Fortaleza	2013	40%	(4)	53%	(21)	52%	5
	2014	36%		32%		57%	
São Luis	2013	60%	4	47%	21	48%	(5)
	2014	64%		68%		43%	

DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice que mede a Eficiência Energética teve média de 7,49 no ano de 2014.

A média da velocidade comercial em 2014 foi de 8,95 km/h.

O índice de acidente por milhão trem/km teve média de 57,72.

O índice de Aderência (pontualidade na partida de trens) teve média de 73,31%.

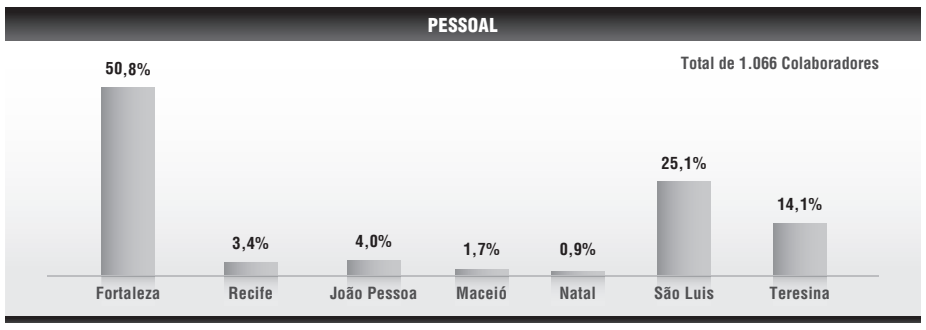
CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R$ 65.983 mil no ano de 2014 sem depreciação.

O custo do transporte ferroviário é composto de folha de pagamento, materiais e serviços, respectivamente R$ 23.040 mil reais (34,9%), R$ 19.131 mil reais (29,0%) e R$ 23.812 mil reais (36,1%). O custo com óleo diesel para tração na categoria de materiais em 2014 foi de R$ 16.531 mil.

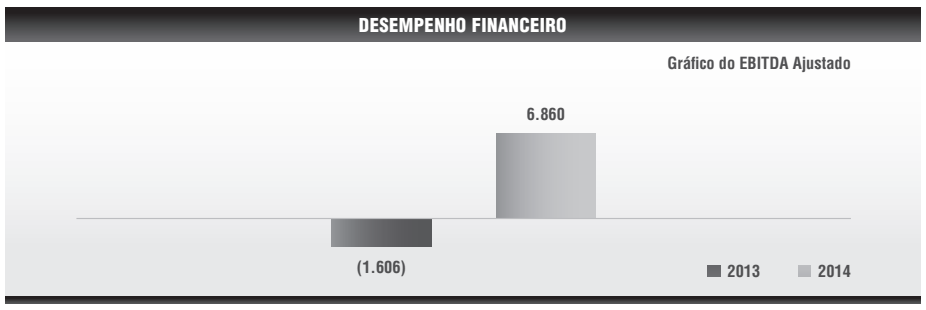
INVESTIMENTOS

Foram investidos em continuidade operacional em 2014 o montante de R$ 50,6 milhões, aplicado principalmente na recuperação de superestrutura de Via Permanente e revitalizações de locomotivas e vagões, sobretudo com (Brita, Dormente de madeira, AMV, Velocímetro Digital/Tacogerador para locomotivas, Mancal e Cunha de Fricção Larga para vagões e etc.).



A empresa possui 1.066 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima.

DESEMPENHO FINANCEIRO



Em R$ mil	2014	2013
Prejuízo líquido do exercício	(9.992)	(4.142)
(+) Tributos sobre o Lucro	3.121	-
(+) Despesas Financeiras líquidas das receitas financeiras	(16.550)	(773)
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	21.083	1.506
LAJIDA (EBITDA)	(2.339)	(3.409)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	9.199	1.803
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	6.860	(1.606)

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R$ 6.860 mil em 2014.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de R$ 2.436 mil incluída a depreciação.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

continua...

...continuação

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 17.234.244/0001-31

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R$ mil)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	260	7.459
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	6.746	5.229
Estoques	7	7.825	9.481
Impostos a recuperar	8	12.432	9.353
Despesas antecipadas	9	1.253	1.106
Outras contas a receber		1.044	1.079
Total dos ativos circulantes		29.560	33.707
Não circulantes			
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	2.338	2.338
Depósitos judiciais	16	16.365	14.558
Partes relacionadas	10	277.190	284.465
Impostos a recuperar	8	12.297	12.171
Imobilizado	11	227.865	193.950
Intangível	11	645	-
Total dos ativos não circulantes		536.700	507.482
Total dos ativos		566.260	541.189

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Circulantes			
Fornecedores	12	39.524	21.434
Empréstimos e financiamentos	15	24.180	24.906
Impostos e contribuições a recolher		1.968	169
Partes relacionadas		2.062	-
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	16.119	-
Adiantamento de clientes	13	4.571	5.036
Outras contas a pagar	14	12.988	3.878
Total dos passivos circulantes		101.412	55.423
Não circulantes			
Empréstimos e financiamentos	15	74.445	98.474
Receita diferida	17	6.198	6.752
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	4.503	31.281
Outras contas a pagar	14	10.176	1.533
Adiantamento para futuro aumento do capital	10	37.274	5.482
Total dos passivos não circulantes		132.596	143.522
Patrimônio líquido			
Capital social	18	346.386	346.386
Prejuízos acumulados		(14.134)	(4.142)
Total do patrimônio líquido		332.252	342.244
Total dos passivos e patrimônio líquido		566.260	541.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de serviços	19	85.889	4.992
Custos dos serviços prestados	20	(83.453)	(6.499)
Lucro (prejuízo) bruto		2.436	(1.507)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	20	(12.731)	(1.427)
Despesas com vendas	20	(2.054)	(178)
Outras despesas operacionais	20	(11.071)	(1.803)
Resultado antes do resultado financeiro		(23.420)	(4.915)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	30.253	2.640
Despesas financeiras	21	(13.704)	(1.867)
		16.549	773
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(6.871)	(4.142)
Imposto de renda e contribuição social		(3.121)	-
Prejuízo do exercício		(9.992)	(4.142)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(0,0288)	(0,1496)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(9.992)	(4.142)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	11	21.083	1.415
Variações monetárias e juros - líquido		(23.014)	(1.810)
Provisão para contingências	16	3.430	991
Baixa de custo de transação de empréstimo		-	99
Reversão de provisão para multa	16	(3.115)	-
Apropriação de receita diferida		(554)	-
Apropriação de seguros		1.947	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	396	-
Perdas estimadas em estoque		8	-
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		(1.913)	(998)
Estoques		1.648	(1.634)
Depósitos judiciais		(1.551)	(116)
Impostos a recuperar		(1.500)	(2.912)
Outras contas a receber		35	(498)
Despesas antecipadas		(2.094)	(1.106)
Partes relacionadas		35.621	-
Fornecedores		18.090	(1.276)
Adiantamento de clientes		(3.265)	3.194
Outras contas a pagar		11.385	20.106
Impostos e contribuições a recolher		1.799	(2.265)
Juros pagos	15	(7.139)	(615)
Juros recebidos		-	926
Receita diferida		-	(47)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		41.305	9.312
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(55.643)	(9.755)
Valores a receber - Mútuo TLSA		-	7.561
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(55.643)	(2.194)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de AFAC com a controladora		31.792	2.669
Amortização de financiamentos com o BNDES	15	(24.653)	(2.054)
Amortização de financiamentos com o Banco do Brasil	15	-	(970)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		7.139	(355)
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(7.199)	6.763
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.459	10
Efeito da incorporação sobre o saldo de caixa		-	686
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		260	7.459
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(7.199)	6.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Criada em 29 de outubro de 2012 com o nome de Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL, a Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de licenciamento, condução, abastecimento, carregamento e descarregamento, transbordo, manobra de material rodante, e armazenagem, nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		108.323	6.201
Vendas de serviços	19	106.796	6.196
Outras receitas		1.923	5
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	20	(396)	-
Insumos adquiridos de terceiros		(62.505)	(5.058)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(31.878)	(2.253)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.476)	(630)
Outras - materiais de consumo Adm./Coml. e outros		(11.151)	(2.175)
Valor adicionado bruto		45.818	1.143
Depreciação, amortização e exaustão	11	(21.083)	(1.415)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		24.735	(272)
Valor adicionado recebido em transferência		30.253	2.640
Receitas financeiras	21	30.253	2.640
Valor adicionado total a distribuir		54.988	2.368
Distribuição do valor adicionado		54.988	2.368
Pessoal		25.963	2.900
Remuneração direta		18.094	1.816
Benefícios		6.383	960
FGTS		1.486	124
Impostos, taxas e contribuições		22.919	1.558
Federais		13.952	971
Estaduais		7.174	523
Municipais		1.793	64
Remuneração de capitais de terceiros		16.098	2.052
Juros		13.557	1.328
Aluguéis		2.394	226
Outras		147	498
Remuneração de capitais próprios		(9.992)	(4.142)
Prejuízo do exercício		(9.992)	(4.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (não auditado)		10	-	10
Aumento de capital		346.376	-	346.376
Prejuízo do exercício		-	(4.142)	(4.142)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18	346.386	(4.142)	342.244
Prejuízo do exercício		-	(9.992)	(9.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	18	346.386	(14.134)	332.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo do exercício	(9.992)	(4.142)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(9.992)	(4.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. - CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal - RFFSA. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013 foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da TLSA e FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das Resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da Deliberação nº 37/2013.

A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da Cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Contrato de concessão

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO - DIÁRIO NORDESTE E DIÁRIO OFICIAL CEARÁ: ATÉ 12H DA ANTEVÉSPERA DA PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[27586]-csn_legal_bal_Anual_FTL_DNORD.indd 2 08/04/15 12:57

...continuação

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 17.234.244/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

concessionário ou a previsão de indenização pelos investimentos não amortizados, não sendo requerido, desta forma o registro do valor a pagar até final da concessão.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R$ 71.852 (R$ 21.716 em 31 de dezembro de 2013). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses serão oriundos do recebimento de créditos com partes relacionadas (ver nota explicativa nº 10 - Partes relacionadas).

Adicionalmente, a Administração vem efetuando monitoramento permanente e adotando medidas que possam impactar positivamente nas operações da Companhia.

Cabe destacar que as atividades operacionais de transporte ferroviário de cargas da Companhia foram efetivamente iniciadas somente em dezembro de 2013, cuja aprovação do laudo de avaliação patrimonial pela Assembleia Geral Extraordinária foi datado de 27 de dezembro de 2013 (ver nota explicativa nº 4 - Incorporação societária).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 10 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 11 - Valor residual do ativo imobilizado e análise de recuperabilidade; e
- Nota 16 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

continua...

...continuação

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 17.234.244/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

j. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e

b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Impacto de novas legislações

Medida Provisória nº 627/2013 ("MP 627")

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a MP 627, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

A Administração analisou os impactos tributários que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973, conversão da MP 627, e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração não optou pela aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	2018
IFRS15	"Receita de contratos com clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18-Receitas e correspondentes interpretações.	2017

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Empresa espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

o. IFRIC 12 - Service Concessions Agreements (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - *Service Concessions Agreements*, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e os limites máximos das tarifas de referência homologadas pela concedente são bastante superiores aos preços praticados pela Companhia, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento a IFRIC 12 - *Service Concessions Agreements* e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

4. INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2013 (Data do Evento), foi aprovado por unanimidade dos acionistas da Transnordestina, sociedade ligada da Companhia, o Protocolo de Cisão Parcial da Transnordestina seguido de Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia.

A cisão fez parte de uma proposta de reorganização de negócios envolvendo a Transnordestina e a Companhia nos termos das Resoluções ANTT nº 4.041/2013 e 4.042/2013 e da Deliberação ANTT nº 37/2013, e no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado por Companhia Siderúrgica Nacional, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, tendo por objetivo a segregação da quase totalidade dos ativos ligados à Malha I (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau) ("Parcela Cindida") e a incorporação da Parcela Cindida pela Incorporadora, viabilizando a criação de adequada estrutura de acompanhamento e fiscalização dos órgãos públicos em relação aos ativos e passivos ligados à Malha II (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) e terá sua implementação na forma do disposto no Protocolo de Cisão Parcial seguida de Incorporação ("Protocolo"), firmado em 05 de dezembro de 2013 entre os administradores da Incorporadora e da Companhia, assim como das Justificações apresentadas pelas respectivas administrações da Incorporadora e da Companhia ("Justificações").

Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido da Companhia foi aumentado em R$ 193.450, sendo o referido aumento integralmente destinado à conta de capital social da Companhia, em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado, tomando-se por base os registros contábeis, tal como refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Transnordestina, levantadas especialmente para este fim em 30 de novembro de 2013 (Data-base). O acervo compreende aqueles bens e direitos arrolados e identificados no competente laudo de avaliação preparado pelos peritos nomeados pelos acionistas da Companhia.

Está demonstrada a seguir a posição do acervo patrimonial levantado na Data-base do laudo de avaliação:

	Acervo patrimonial em 30/11/2013
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	686
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.231
Estoques	18.484
Impostos a recuperar	7.016
Outras contas a receber	581
	30.998
Ativos não circulantes	
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.338
Partes relacionadas	178.937
Depósitos judiciais	14.442
Impostos a recuperar	11.596
Imobilizado	174.973
	382.286
Total dos ativos	413.284
Passivos circulantes	
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	25.662
Impostos e contribuições a recolher	4.681
Partes relacionadas	7.486
Outras contas a pagar	7.632
Adiantamento de clientes	1.842
	70.013
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	100.528
Receita diferida	6.799
Provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e cíveis	32.190
Partes relacionadas	5.958
Outras contas a pagar	1.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813
	149.821
Total dos passivos	219.834
Patrimônio líquido contábil	193.450

Em decorrência da incorporação ter ocorrido com a data-base do laudo de avaliação, em 30 de novembro de 2013, os saldos de resultado apresentados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para comparabilidade contemplam apenas um mês de operação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	260	7.459
Total	260	7.459

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Clientes	9.583	7.669
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.836)	(2.440)
	6.746	5.229
Não circulante		
Crédito com companhia pública e autárquica - RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.	2.338	2.338
Total	9.084	7.567

Conforme contrato de concessão as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A., serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a Administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

Composição da carteira por idade de vencimento	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	5.735	3.874
Vencidos		
De 1 a 30 dias	867	1.504
De 31 a 60 dias	355	8
De 61 a 360 dias	290	5
Acima de 360 dias	4.674	4.616
Total vencidos	6.186	6.133
Total	11.921	10.007

Movimentação da perda estimada no exercício	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(2.440)	-
(+) Incorporação do saldo	-	(2.440)
(+) Adições no exercício	(396)	-
(=) Saldo final	(2.836)	(2.440)

A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes considerando os títulos vencidos acima de 31 dias (variando de 50% a 100% do valor do título), perdas históricas e análise de rentabilidade futura e entende que o montante constituído é suficiente para cobrir eventuais perdas de inadimplência no exercício.

A Companhia realizou estudos para calcular o ajuste a valor presente, e após análise de relevância, o ajuste a valor presente foi julgado imaterial, não sendo efetuado seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.

7. ESTOQUES

	31/12/2014	31/12/2013
Almoxarifado	7.832	8.158
Adiantamentos a fornecedores para aquisição de estoques	252	1.574
Perdas estimadas em estoques	(259)	(251)
Total	7.825	9.481

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2014	31/12/2013
ICMS sobre ativo imobilizado	9.283	10.360
Imposto de renda retido na fonte	7.231	5.437
ICMS a recuperar	6.190	3.702
IRPJ a compensar	1.736	1.736
CSLL a compensar	249	249
Outros	40	40
Total	24.729	21.524
Circulante	12.432	9.353
Não circulante	12.297	12.171

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

Imposto de renda retido na fonte

Montante composto principalmente por valores retidos sobre aplicações financeiras de curto prazo já resgatadas e sobre juros ativos recebidos referentes a contratos de mútuo com sociedades coligadas.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo apropriada mensalmente ao resultado, proporcionalmente à vigência contratada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO - DIÁRIO NORDESTE E DIÁRIO OFICIAL CEARÁ: ATÉ 12H DA ANTEVÉSPERA DA PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[27586]-csn_legal_bal_Anual_FTL_DNORD.indd 4 08/04/15 12:45

...continuação

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 17.234.244/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

10. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a. Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão listados a seguir:

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	114.161	-	114.161	104.182
Cessão de créditos (b)	-	163.029	163.029	180.283
Total ativo	114.161	163.029	277.190	284.465
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	-	37.274	37.274	5.482
Serviços compartilhados (d)	9.057	-	9.057	-
Outras contas a pagar (e)	6.009	-	6.009	-
Total passivo	15.066	37.274	52.340	5.482
Resultado				
Receitas financeiras	11.684	18.367	30.051	2.620
Despesas financeiras	-	-	-	95
Despesas com serviços compartilhados	9.057	-	9.057	-
Total resultado	20.741	18.367	39.108	2.715

(a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 102% do CDI e IOF.

(b) Cessão de créditos - Cessão onerosa de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL para a acionista CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 29 de novembro de 2013 foi assinado junto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) um instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R$ 526.285 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R$ 526.285, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), resultando no valor de R$ 178.937, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de Parcelamento permite que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, sejam liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilize seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN pagará à Companhia o montante de R$ 178.937, devidamente corrigido pela variação da taxa Selic, devendo o saldo ser liquidado até 29 de maio de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve liquidação no montante de R$ 32.500, baixa decorrente de glosa da Receita Federal no montante de R$ 3.121 e a atualização monetária acumulada no exercício foi de R$ 18.367.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC efetuado pela controladora.

(d) Serviços compartilhados - Pela utilização comum da estrutura administrativa pelas duas companhias, foi firmado um contrato de compartilhamento de despesas, que regula a metodologia de apuração e divisão dos gastos entre elas.

(e) Outras contas a pagar - Referente a saldos a pagar por compras e reembolso de despesas, classificadas nas demonstrações financeiras dentro do grupo de fornecedores e outras contas a pagar.

b. Honorários da Diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	783	-

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação/ amortização (% a.a.)	Custo	Depreciação/ amortização	31/12/2014 Líquido	31/12/2013 Líquido
Máquinas e equipamentos	10	23.596	(11.903)	11.693	8.898
Vagões e veículos	20	8.139	(879)	7.260	1
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	485.286	(126.399)	358.887	209.097
Trilhos	4	21.578	(6.149)	15.429	6.128
Dormentes	19,39	113.282	(60.161)	53.121	6.614
Equipamentos de comunicação	20	2.710	(1.052)	1.658	44
Lastro	3,33	15.487	(4.377)	11.110	4.432
Outras imobilizações	15	13.858	(1.341)	12.517	6.187
Total imobilizado em operação		683.936	(212.261)	471.675	241.401
Imobilização em andamento (b)	-	35.486	-	35.486	231.845
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	-	(279.296)	-	(279.296)	(279.296)
Total imobilizado		440.126	(212.261)	227.865	193.950
Intangível	20	679	(34)	645	-

(a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação % 31/12/2014 e 31/12/2013
Edificações	25 anos	4,00
Via permanente	60 anos	1,66
Veículos	10 anos	10,00
Locomotivas	25 anos	4,00
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10,00
Acessórios metálicos	20 anos	5,00

(b) Refere-se a gastos incorridos na revitalização de trechos e bens utilizados para transporte de cargas na malha ferroviária atualmente em operação, representando um prolongamento da vida útil dos referidos ativos.

Movimentação

	Saldo em 31/12/2013	Transferência	Adições	Depreciação do exercício	Saldo em 31/12/2014
Imobilização em operação, líquido					
Máquinas e equipamentos	8.898	4.676	-	(1.881)	11.693
Vagões e veículos	1	7.476	-	(217)	7.260
Benfeitoria em propriedade arrendada	209.097	162.587	-	(12.797)	358.887
Trilhos	6.128	9.812	-	(511)	15.429
Dormentes	6.614	51.517	-	(5.010)	53.121
Equipamentos de telecomunicação	44	1.774	-	(160)	1.658
Lastro	4.432	7.043	-	(365)	11.110
Outras imobilizações	6.187	6.436	2	(108)	12.517
Total imobilizado em operação	241.401	251.321	2	(21.049)	471.675
Imobilização em andamento	231.845	(252.000)	55.641	-	35.486
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	(279.296)
Total Imobilizado	193.950	(679)	55.643	(21.049)	227.865
Intangível	-	679	-	(34)	645

Impairment

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da malha II (Projeto Nova Transnordestina remanescente na Transnordestina Logística S.A.). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R$ 279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

A Companhia efetuou nova análise do valor recuperável de seus ativos (*Impairment*) na data base de 31 de dezembro de 2014, conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma reversão ou perda estimada adicional ao valor já reconhecido de R$ 279.296. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

12. FORNECEDORES

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores de insumos e serviços	35.522	15.786
Seguros	1.983	2.209
Outros	2.019	3.439
Total	39.524	21.434

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Referem-se a recebimentos eventuais de contratantes de serviços de transporte de cargas, mediante antecipação de valores conforme negociações contratuais, sendo posteriormente compensados à medida que os serviços sejam efetivamente prestados e as respectivas receitas sejam reconhecidas no resultado da Companhia, pelo regime de competência.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações com pessoal	4.614	-
Arrendamento a pagar (a)	3.321	3.113
Royalties sobre exploração de bens arrendados (b)	3.366	2.093
Parcelamento do TAC e receitas alternativas (c)	9.420	-
Outros	2.443	205
Total	23.164	5.411
Circulante	12.988	3.878
Não circulante	10.176	1.533

a. Arrendamento a pagar

Ver nota explicativa nº 1 - Contrato de concessão.

b. Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a União, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

Encontra-se registrado o parcelamento realizado junto à ANTT, referente aos *royalties* sobre receitas alternativas obtidas em exercícios anteriores, no montante de R$ 1.692, a ser pago em 54 parcelas mensais atualizadas pela taxa SELIC + 1% a.m.

c. Parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

Refere-se ao saldo a pagar do parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) realizado junto à ANTT, em 54 parcelas mensais atualizadas pela taxa SELIC + 1% a.m.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em 31/12/2013	Atualização monetária	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2014
BNDES (a)	2015 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	123.380	7.037	(24.653)	(7.139)	98.625
			123.380	7.037	(24.653)	(7.139)	98.625
Circulante			24.906				24.180
Não circulante			98.474				74.445

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2015, 2019 e 2020.

Cronograma de desembolsos BNDES

	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	25.031
2015	24.304	24.028
2016	17.163	17.163
2017 a 2020	57.158	57.158
Total	98.625	123.380

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Provisão	Depósito judicial	31/12/2014 Líquido	31/12/2013 Líquido
Cíveis (a)	6.388	115	6.273	6.498
Trabalhistas (b)	9.731	8.349	1.382	366
Tributárias (c)	2.706	7.901	(5.195)	(4.165)
Previdenciárias	780	-	780	724
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774	774
Outras contingências (e)	243	-	243	6.158
Multa Poder Concedente (f)	-	-	-	6.368
	20.622	16.365	4.257	16.723

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo em 31/12/2013	Adições à provisão	Utilização	Baixa (**)	Reclassificação/ reversão (*)	Saldo em 31/12/2014
Cíveis	6.613	1.176	(1.002)	(399)	-	6.388
Trabalhistas	8.140	3.658	(804)	(1.263)	-	9.731
Tributárias	2.504	227	-	(25)	-	2.706
Previdenciárias	724	56	-	-	-	780
Outras provisões	13.300	-	-	-	(12.283)	1.017
Total	31.281	5.117	(1.806)	(1.687)	(12.283)	20.622

(*) O valor de R$ 12.283 corresponde à reversão de R$ 442 de provisão relacionada à perda em contrato com cláusula de *take or pay*; R$ 2.673 à reversão de parte da provisão para fazer face a perdas de combustível em trânsito e multa de diferença no valor do frete, ambas com contrapartida em outras despesas, R$ 6.368 de reclassificação para outras contas a pagar, em função do parcelamento do TAC e R$ 2.800 de reclassificação para adiantamento de clientes.

(**) As baixas ocorridas em 2014 foram decorrentes de diminuição dos valores de riscos, bem como das mudanças de grau dos riscos dos processos.

a. Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais considerados pelos seus advogados como prováveis de perda, no montante de R$ 6.388 (R$ 6.613 em 31 de dezembro de 2013). Para suportar essas contingências cíveis, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R$ 115 (R$ 115 em 31 de dezembro de 2013).

b. Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R$ 9.731 (R$ 8.140 em 31 de dezembro de 2013). Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R$ 8.349 (R$ 7.774 em 31 de dezembro de 2013). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO - DIÁRIO NORDESTE E DIÁRIO OFICIAL CEARÁ: ATÉ 12H DA ANTEVÉSPERA DA PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[27586]-csn_legal_bal_Anual_FTL_DNORD.indd 5 08/04/15 12:45

...continuação

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 17.234.244/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

c. Contingências tributárias

A Companhia possui diversas ações tributárias, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R$ 2.706 (R$ 2.504 em 31 de dezembro de 2013). Para suportar essas contingências tributárias, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R$ 7.901 (R$ 6.669 em 31 de dezembro de 2013). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

d. Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face de eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. Considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados foi provisionado o montante de R$ 774 (R$ 774 em 31 de dezembro de 2013).

e. Outras contingências

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém registrada uma provisão de R$ 243 (R$ 6.158 em 31 de dezembro de 2013), para fazer face a eventuais perdas de combustível entre o volume do Planejamento Mensal e o volume efetivamente transportado e disponibilizado (*Take or Pay*) pela Companhia.

f. Multa poder concedente

Por conta do parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), a Companhia reclassificou para "Outras Contas a Pagar" a provisão de R$ 6.368 (R$ 6.368 em 31 de dezembro de 2013), para fazer face ao pagamento de valores devidos pela Companhia à ANTT, a título de sanções pecuniárias. Ver nota explicativa nº 14.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 114.665 (R$ 52.179 em 31 de dezembro de 2013) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações indenizatórias de acidentes ferroviários e verbas rescisórias trabalhistas. Abaixo as principais causas:

- Ação de Indenização, na esfera cível, processo nº 29206-86.2012.8.10.0001, em curso na 7ª Vara Cível da comarca de São Luís (MA), visa indenização por danos morais e estéticos com pedido de Tutela Antecipada por acidente ferroviário. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.040 (R$ 1.000 em 31 de dezembro de 2013).
- Ação na esfera tributária, processo nº 3596-92.2007.8.10.0001, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade/ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 2.973 (R$ 2.604 em 31 de dezembro de 2013).
- Ação na esfera tributária, processo nº 11108-58.2009.8.10.0001, visa a declaração de nulidade dos autos de infração nº 54763000120-9, 54763000122-5, 54763000123-3, 54763000124-1, 54763000110-1, 54763000112-8, 54763000113-6, 54763000114-4, 54763000118-7, 54763000117-9, 54763000130-6, 54763000131-4, 54763000132-2, 54763000125-0, 54763000128-4 e 54763000129-2, que exigem crédito tributário de ICMS. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 3.084 (R$ 2.700 em 31 de dezembro de 2013).
- Auto de Infração nº 93300008.09.00001357/2012-94 lavrado para constituição de suposto crédito tributário de ICMS decorrente da glosa de crédito do imposto no período de janeiro/2004 a dezembro/2008 referente a aquisição de óleo combustível utilizado como insumo na prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas, em favor de terceiros. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 8.176 (R$ 7.160 em 31 de dezembro de 2013).
- Ação Anulatória, na esfera cível, processo nº 35032-13.2005.4.01.3400 (2005.34.00035532-2), visa anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.750 (R$ 1.683 em 31 de dezembro de 2013).
- Ação de Cobrança, na esfera cível, processo nº 0000350-72.2007.4.02.5101 (2007.51.01.000350-6), relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio Railnet (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.803 (R$ 1.334 em 31 de dezembro de 2013).
- Ação Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de antecipação de tutela, na esfera tributária, processo nº 0020103-94.2008.8.10.0001 (20.103/2008), visa a anulação dos Autos de Infração nºs 2.936.043.239 e 2.936.043.241, lavrados para exigir suposto débito de ISS relativo à cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.277 (R$ 1.118 em 31 de dezembro de 2013).
- Autos de Infração nº 682.675/D, 682.676/D, 682.678/D, 682.679/D, na esfera ambiental, nos quais a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos. A estimativa de perda financeira de risco possível, é no montante de R$ 10.864, R$ 10.864, R$ 18.971 e R$ 18.971, respectivamente.

17. RECEITA DIFERIDA

Refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 no montante de R$ 6.198 (R$ 6.752 em 31 de dezembro de 2013) pagos pela Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia pelo período de 26 anos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 346.386.585 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (10.000 em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	Quantidade de ações	
	31/12/2014	31/12/2013
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	306.241.571	306.241.571
Taquari Participações S.A.	40.145.014	40.145.014
	346.386.585	346.386.585

b. Reservas

- *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico/diluído por ação	31/12/2014 Total	31/12/2013 Total
Prejuízo do exercício	(9.992)	(4.142)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	346.386.585	27.687.633
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)	(0,0288)	(0,1496)

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, por não haver instrumentos antidiluidores.

19. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	31/12/2014	31/12/2013
Receita de serviços de transportes	75.858	4.703
Receita com direito de passagem	22.570	1.287
Receita com gestão patrimonial	8.368	206
Total da receita bruta	106.796	6.196

Deduções da receita bruta

	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	(7.159)	(523)
PIS	(1.723)	(110)
COFINS	(7.935)	(507)
ISS	(1.793)	(64)
INSS	(1.075)	-
Deduções e abatimentos	(1.222)	-
	(20.907)	(1.204)
Receita líquida dos serviços prestados	85.889	4.992

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

	31/12/2014	%
Maior cliente	15.374	14
2º e 3º maiores clientes	25.422	24
Outros	66.000	62
Total	106.796	100

20. DESPESAS POR NATUREZA

Custos

	31/12/2014	31/12/2013
Folha de pagamento	(23.040)	(2.128)
Material	(19.131)	(1.780)
Serviço	(23.812)	(1.387)
Depreciação e amortização	(17.470)	(1.204)
Total dos custos	(83.453)	(6.499)
Despesas administrativas		
Folha de pagamento	(289)	(714)
Material	(723)	(178)
Serviço	(10.066)	(238)
Depreciação e amortização	(1.653)	(112)
Outros	-	(185)
Total das despesas administrativas	(12.731)	(1.427)
Despesas com vendas		
Folha de pagamento	(984)	(145)
Serviço	(610)	(28)
Perda estimada para devedores duvidosos	(396)	-
Depreciação e amortização	(64)	(5)
Total das despesas com vendas	(2.054)	(178)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Provisão para riscos	(3.053)	(991)
Custos de ociosidade	(3.183)	(591)
Depreciação e amortização de bens ociosos	(1.896)	(94)
Outros	(2.939)	(127)
Total das outras receitas e despesas operacionais	(11.071)	(1.803)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Juros sobre operações com partes relacionadas (a)	30.051	2.620
Outros	202	20
	30.253	2.640
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.229)	(909)
Juros sobre arrendamento	(5.666)	(455)
Outros	(809)	(503)
	(13.704)	(1.867)
Resultado financeiro	16.549	773

(a) Ver nota explicativa nº 10.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros

					31/12/2014
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
Contas a receber (nota 6)	9.084	6.746	-	-	2.338
Partes relacionadas (nota 10):					
Mútuo (a)	114.161	38.821	10.601	64.739	-
Cessão de créditos (a)	163.029	81.515	81.514	-	-
Total	286.274	127.082	92.115	64.739	2.338

(a) Ver nota explicativa nº 10.

Passivos financeiros

						31/12/2014
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	98.625	12.602	11.702	17.163	57.158	-
Fornecedores e outras contas a pagar	62.688	52.512	-	-	-	10.176
Total	161.313	65.114	11.702	17.163	57.158	10.176

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2014 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 22 (a).

e. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo atrelado a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2014
Ativos em SELIC	163.029
Ativos em 102% do CDI	114.161
Passivos em TJLP	98.625

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 102% do CDI à taxa de 10,99% a.a., SELIC à taxa de 10,86% a.a. e TJLP à taxa de 5,00% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO - DIÁRIO NORDESTE E DIÁRIO OFICIAL CEARÁ: ATÉ 12H DA ANTEVÉSPERA DA PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[27586]-csn_legal_bal_Anual_FTL_DNORD.indd 6 08/04/15 12:45

...continuação

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

CNPJ nº 17.234.244/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário provável	Cenário 1 (variação de 25%)	Cenário 2 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	98.625	TJLP a 5%	TJLP a 3,75%	TJLP a 2,5%
Despesa financeira		(4.931)	(3.698)	(2.466)
Valores a receber em SELIC	163.029	SELIC a 10,86%	SELIC a 13,58%	SELIC a 16,29%
Receita financeira		17.705	22.139	26.557
Valores a receber em 102% CDI	114.161	CDI a 10,99%	CDI a 13,74%	CDI a 16,49%
Receita financeira		12.546	15.686	18.825

Variação negativa	Risco	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Transação				
Empréstimo em TJLP	98.625	TJLP a 5%	TJLP a 6,25%	TJLP a 7,5%
Despesa financeira		(4.931)	(6.164)	(7.397)
Valores a receber em SELIC	163.029	SELIC a 10,86%	SELIC a 8,15%	SELIC a 5,43%
Receita financeira		17.705	13.287	8.852
Valores a receber em 102% CDI	114.161	CDI a 10,99%	CDI a 8,24%	CDI a 5,50%
Receita financeira		12.546	9.407	6.279

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2014, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R$ 10.000 para danos materiais, R$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 30 de setembro de 2014 a 30 de setembro de 2015, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R$ 500, danos corporais a terceiros de R$ 1.000 com vigência até setembro de 2015.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	31/12/2014
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(1.806)
Depósitos judiciais pagos por parte relacionada	2.062

DIRETORIA

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Ricardo Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro de Relações com Investidores

Fernando Botelho Assunção - CRC CE nº 023494/O-4 - Contador Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com as empresas Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, afiliada e controladora da Companhia, respectivamente, representadas basicamente por contratos de mútuo e de cessão de créditos, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as respectivas empresas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE
Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC 1RJ 048.044/0-8 "T" BA

Deloitte.

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO - DIÁRIO NORDESTE E DIÁRIO OFICIAL CEARÁ: ATÉ 12H DA ANTEVÉSPERA DA PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[27586]-csn_legal_bal_Anual_FTL_DNORD.indd 7 08/04/15 12:45

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
CNPJ nº 17.234.244/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a Companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste que era composta das seguintes superintendências regionais: SR 1 (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte), SR 11 (Ceará) e SR 12 (Piauí e Maranhão). Possui 4.238 km que se estendem pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Interliga as principais regiões produtoras a 06 (seis) Portos, sendo 03 (três) de grande calado: Itaqui (MA), Pecém (CE) e Suape (PE), além de contribuir grandemente na distribuição interna de produtos desses Estados.
Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A.
Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizado pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).
Em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas FTL e TLSA.
Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2014 comparando-os com 2013, neste considerando apenas o mês de dezembro que foi o primeiro mês de operação da FTL após a cisão.
As demonstrações financeiras foram auditadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Os destaques comerciais de 2014, foram:
• Receita Bruta de R$ 106,8 milhões;
• Volume faturado de 597 milhões de TKU (tonelada útil por quilômetro) e 2.036 TU (toneladas úteis);
• Atingimos um EBITDA ajustado de R$ 6,86 milhões no exercício;
• Renovamos o contrato com a BR Distribuidora, maior *player do segmento combustíveis, renegociando provisões de Take or Pay* de 2012 com ganhos significativos para a Ferrovia;
• Renovamos o contrato com a Ipiranga Produtos de Petróleo, revertendo provisões de *Take or Pay* de 2012 com ganhos significativos para a Ferrovia;
• Iniciamos o transporte de Cimento ensacado com a Apodi Cimentos, no sentido de reverter as perdas com a redução dos volumes da Votorantim Cimentos, garantindo a produção do período e após a finalização da obra ferroviária no Porto do Pecém, já embarcamos cargas para os destinos Teresina e São Luís, entregando uma solução logística integrada (transporte ferroviário e armazenagem), ampliando ainda mais os negócios de transporte e também melhorando a Receita Alternativa. Para 2015 avançamos na negociação para a adaptação de vagões fechados para essa carga, do tipo FLC (portas de correr tipo *sider*) com investimentos de R$ 800 mil por parte do Cliente;
• A Globest Mineração paralisou os transportes de carga, no final do quarto trimestre, principalmente pela acentuada queda do preço do minério no mercado internacional, abaixo de USD 70 por tonelada, o que reduz significativamente nossa produção e prejudica a receita ferroviária;
• Em busca de novos negócios, fizemos um piloto de transporte de Fertilizantes entre o Porto do Mucuripe e a cidade de São Luís, obtendo ótimos resultados e recuperando a produção no final de 2014. O sucesso da operação nos habilita a buscar novos negócios nesse segmento para 2015;
• Avançamos nas operações do contrato de Transporte Ferroviário e Operação Portuária com a Suzano Papel e Celulose, atingindo ao longo de 2014 um volume de 820 mil toneladas e uma receita bruta total de R$ 10,6 milhões. O volume estimado é de cerca de 4 milhões de toneladas ao longo de 3 anos, o que garantirá receita e produção adicional para a ferrovia ao longo de 2014, 2015 e 2016;
• Atingimos novos recordes no transporte de derivados claros (gasolina e diesel) no fluxo São Luís para Teresina, com médias já acima de 1.500 vagões carregados por mês, e atingimos um total de 712 mil metros cúbicos neste ano;
• Atingimos novos recordes de transporte de produtos siderúrgicos no fluxo entre Pecém e Teresina, atingindo um total de 142 mil toneladas neste ano, para o parceiro Ferronorte.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2014 totalizou R$ 106.796 mil, sendo composta da seguinte forma: receita de transporte R$ 75.858 mil, Direito de Passagem R$ 22.570 mil e Gestão Patrimonial R$ 8.368 mil. Em 2013, a Receita Bruta foi de R$ 6.196 mil (referente ao mês de dezembro de 2013).
Em 2014 a empresa faturou no total 596.741 mil TKU e 2.036 TU. Os segmentos de Energia, Construção e Siderurgia foram os que mais de destacaram, responsáveis por 79% da TKU transportada.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), foi de R$ 127,12 em 2014.

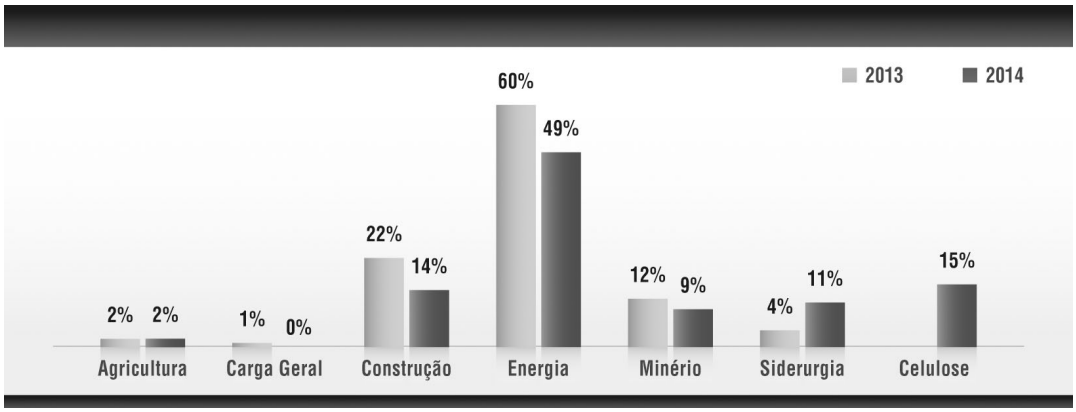
ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

Em relação à receita faturada os segmentos que se destacaram em 2014 foram: Energia, seguido pelo de Extração de óleo vegetal e celulose e Construção, os quais juntos foram responsáveis por 78% (86% em dezembro de 2013) da receita bruta ferroviária, equivalente a R$ 58.970 mil do total de R$ 75.859 mil (R$ 4.041 mil do total de R$ 4.703 mil em dezembro de 2013).
A tabela abaixo mostra a participação e evolução de cada segmento em relação ao total da ROB, TU e TKU nos anos de 2013 e 2014.

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
PERÍODO 2014 - 2013

Segmento	Ano	Percentual ROB	▲ p.p	Percentual TU	▲ p.p	Percentual TKU	▲ p.p
Agricultura	2013	2%	1	2%	-	2%	3
	2014	2%		2%		6%	
Carga Geral	2013	1%	(1)	1%	(1)	1%	(0)
	2014	0%		0%		0%	
Construção	2013	22%	(8)	31%	(17)	27%	8
	2014	14%		14%		20%	
Energia	2013	60%	(12)	47%	20	48%	7
	2014	49%		27%		41%	
Minério	2013	12%	(3)	17%	(7)	17%	(2)
	2014	9%		10%		15%	
Siderurgia	2013	4%	7	3%	4	6%	12
	2014	11%		7%		18%	
Extração Óleo vegetal e Celulose	2013	0%	15	0%	40	0%	-
	2014	15%		40%		0%	

No segmento de Energia são transportados óleo diesel e gasolina. Juntos transportaram 247.409 mil TKU (20.588 mil TKU em dezembro de 2013). A ROB para este segmento foi de R$ 36.879 mil (R$ 2.844 mil em dezembro de 2013).
O transporte de celulose movimentou 2.346 mil TKU's e uma receita de R$ 11.517 mil, equivalente a 15% da ROB em 2014.
O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento. Movimentou 120.834 mil TKUs (R$ 11.467 em 2013), equivalente a uma receita bruta de R$ 10.574 mil (R$ 1.013 em 2013).
O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR ÁREA DE NEGÓCIOS

A área de negócio de São Luís participou com 64% da Receita de Transporte em 2014, com um total de R$ 48.791 mil (R$ 2.844 mil em dezembro de 2013). Foram transportados nessa área os segmentos de Energia e Extração de Óleo Vegetal e Celulose.
A receita referente à área de Fortaleza totalizou R$ 27.068 mil, o que equivale a 36% do total da Receita de Transporte Ferroviário no ano de 2014 (R$ 1.859 mil em dezembro de 2013). Os segmentos destaques nesta área são Construção, Minério e Siderurgia, com participação de 92% na receita gerada nesta área. Agricultura teve uma pequena participação com 7% da receita gerada.

TOTAL ACUMULADO POR FILIAL
PERÍODO 2014 - 2013

Área Negócio	Ano	ROB	▲R$ mil	TU mil	▲R$ mil	TKU mil	▲ R$
Fortaleza	2013	1.859	25.208	53	602	22.432	319.323
	2014	27.067		655		341.755	
São Luis	2013	2.844	45.948	47	1.334	20.589	234.397
	2014	48.792		1.381		254.986	

TOTAL ACUMULADO PERCENTUALMENTE (%)
PERÍODO 2014 - 2013

Área Negócio	Ano	Percentual ROB	▲ p.p	Percentual TU	▲ p.p	Percentual TKU	▲ p.p
Fortaleza	2013	40%	(4)	53%	(21)	52%	5
	2014	36%		32%		57%	
São Luis	2013	60%	4	47%	21	48%	(5)
	2014	64%		68%		43%	

DESEMPENHO OPERACIONAL

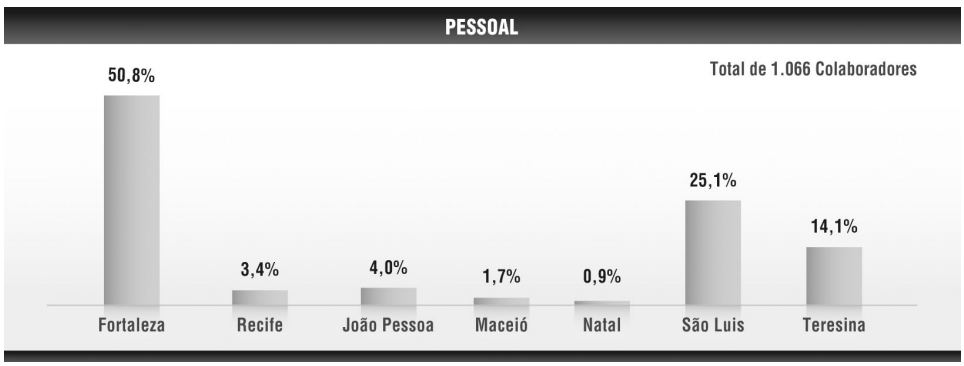
O índice que mede a Eficiência Energética teve média de 7,49 no ano de 2014.
A média da velocidade comercial em 2014 foi de 8,95 km/h.
O índice de acidente por milhão trem/km teve média de 57,72.
O índice de Aderência (pontualidade na partida de trens) teve média de 73,31%.

CUSTOS

O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R$ 65.983 mil no ano de 2014 sem depreciação.
O custo do transporte ferroviário é composto de folha de pagamento, materiais e serviços, respectivamente R$ 23.040 mil reais (34,9%), R$ 19.131 mil reais (29,0%) e R$ 23.812 mil reais (36,1%). O custo com óleo diesel para tração na categoria de materiais em 2014 foi de R$ 16.531 mil.

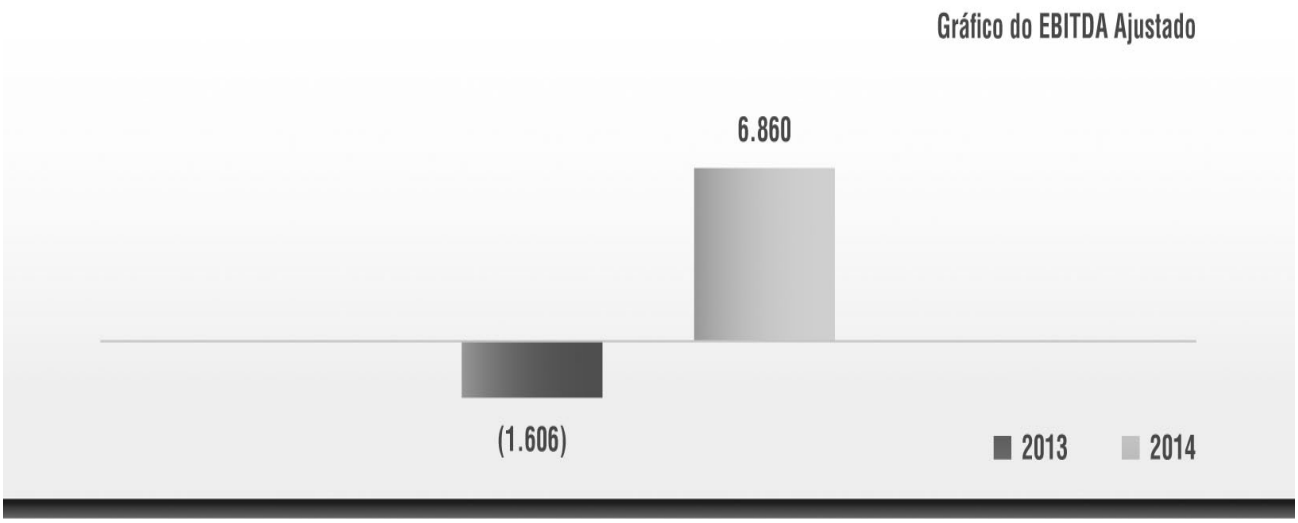
INVESTIMENTOS

Foram investidos em continuidade operacional em 2014 o montante de R$ 50,6 milhões, aplicado principalmente na recuperação de superestrutura de Via Permanente e revitalizações de locomotivas e vagões, sobretudo com (Brita, Dormente de madeira, AMV, Velocímetro Digital/Tacogerador para locomotivas, Mancal e Cunha de Fricção Larga para vagões e etc.).



A empresa possui 1.066 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima.

DESEMPENHO FINANCEIRO



Em R$ mil	2014	2013
Prejuízo Líquido do Exercício	(9.992)	(4.142)
(+) Tributos sobre o Lucro	3.121	-
(+) Despesas Financeiras líquidas das receitas financeiras	(16.550)	(773)
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	21.083	1.506
LAJIDA (EBITDA)	(2.339)	(3.409)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	9.199	1.803
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	6.860	(1.606)

(*)A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.
O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R$ 6.860 mil em 2014.
O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de R$ 2.436 mil incluída a depreciação.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS
Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	260	7.459
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	6.746	5.229
Estoques	7	7.825	9.481
Impostos a recuperar	8	12.432	9.353
Despesas antecipadas	9	1.253	1.106
Outras contas a receber		1.044	1.079
Total dos ativos circulantes		29.560	33.707
Não circulantes			
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	2.338	2.338
Depósitos judiciais	16	16.365	14.558
Partes relacionadas	10	277.190	284.465
Impostos a recuperar	8	12.297	12.171
Imobilizado	11	227.865	193.950
Intangível	11	645	-
Total dos ativos não circulantes		536.700	507.482
Total dos ativos		566.260	541.189

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Circulantes			
Fornecedores	12	39.524	21.434
Empréstimos e financiamentos	15	24.180	24.906
Impostos e contribuições a recolher		1.968	169
Partes relacionadas		2.062	-
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	16.119	-
Adiantamento de clientes	13	4.571	5.036
Outras contas a pagar	14	12.988	3.878
Total dos passivos circulantes		101.412	55.423
Não circulantes			
Empréstimos e financiamentos	15	74.445	98.474
Receita diferida	17	6.198	6.752
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	4.503	31.281
Outras contas a pagar	14	10.176	1.533
Adiantamento para futuro aumento do capital	10	37.274	5.482
Total dos passivos não circulantes		132.596	143.522
Patrimônio líquido			
Capital social	18	346.386	346.386
Prejuízos acumulados		(14.134)	(4.142)
Total do patrimônio líquido		332.252	342.244
Total dos passivos e patrimônio líquido		566.260	541.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida de serviços	19	85.889	4.992
Custos dos serviços prestados	20	(83.453)	(6.499)
Lucro (prejuízo) bruto		2.436	(1.507)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	20	(12.731)	(1.427)
Despesas com vendas	20	(2.054)	(178)
Outras despesas operacionais	20	(11.071)	(1.803)
Resultado antes do resultado financeiro		(23.420)	(4.915)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	30.253	2.640
Despesas financeiras	21	(13.704)	(1.867)
		16.549	773
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(6.871)	(4.142)
Imposto de renda e contribuição social		(3.121)	-
Prejuízo do exercício		(9.992)	(4.142)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(0,0288)	(0,1496)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo do exercício	(9.992)	(4.142)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(9.992)	(4.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Receitas		108.323	6.201
Vendas de serviços	19	106.796	6.196
Outras receitas		1.923	5
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	20	(396)	-
Insumos adquiridos de terceiros		(62.505)	(5.058)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(31.878)	(2.253)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.476)	(630)
Outras - materiais de consumo Adm./Coml. e outros		(11.151)	(2.175)
Valor adicionado bruto		45.818	1.143
Depreciação, amortização e exaustão	11	(21.083)	(1.415)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		24.735	(272)
Valor adicionado recebido em transferência		30.253	2.640
Receitas financeiras	21	30.253	2.640
Valor adicionado total a distribuir		54.988	2.368
Distribuição do valor adicionado		54.988	2.368
Pessoal		25.963	2.900
Remuneração direta		18.094	1.816
Benefícios		6.383	960
FGTS		1.486	124
Impostos, taxas e contribuições		22.919	1.558
Federais		13.952	971
Estaduais		7.174	523
Municipais		1.793	64
Remuneração de capitais de terceiros		16.098	2.052
Juros		13.557	1.328
Aluguéis		2.394	226
Outras		147	498
Remuneração de capitais próprios		(9.992)	(4.142)
Prejuízo do exercício		(9.992)	(4.142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(9.992)	(4.142)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	11	21.083	1.415
Variações monetárias e juros - líquido		(23.014)	(1.810)
Provisão para contingências	16	3.430	991
Baixa de custo de transação de empréstimo		-	99
Reversão de provisão para multa	16	(3.115)	-
Apropriação de receita diferida		(554)	-
Apropriação de seguros		1.947	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	396	-
Perdas estimadas em estoque		8	-
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		(1.913)	(998)
Estoques		1.648	(1.634)
Depósitos judiciais		(1.551)	(116)
Impostos a recuperar		(1.500)	(2.912)
Outras contas a receber		35	(498)
Despesas antecipadas		(2.094)	(1.106)
Partes relacionadas		35.621	-
Fornecedores		18.090	(1.276)
Adiantamento de clientes		(3.265)	3.194
Outras contas a pagar		11.385	20.106
Impostos e contribuições a recolher		1.799	(2.265)
Juros pagos	15	(7.139)	(615)
Juros recebidos		-	926
Receita diferida		-	(47)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		41.305	9.312
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(55.643)	(9.755)
Valores a receber - Mútuo TLSA		-	7.561
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(55.643)	(2.194)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de AFAC com a controladora		31.792	2.669
Amortização de financiamentos com o BNDES	15	(24.653)	(2.054)
Amortização de financiamentos com o Banco do Brasil	15	-	(970)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		7.139	(355)
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(7.199)	6.763
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.459	10
Efeito da incorporação sobre o saldo de caixa		-	686
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		260	7.459
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(7.199)	6.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (não auditado)		10	-	10
Aumento de capital		346.376	-	346.376
Prejuízo do exercício		-	(4.142)	(4.142)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18	346.386	(4.142)	342.244
Prejuízo do exercício		-	(9.992)	(9.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	18	346.386	(14.134)	332.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Criada em 29 de outubro de 2012 com o nome de Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL, a Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de licenciamento, condução, abastecimento, carregamento e descarregamento, transbordo, manobra de material rodante, e armazenagem, nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.
A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A. - CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal - RFFSA. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Nova Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).
Em 20 de setembro de 2013 foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (controladora da TLSA e FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das Resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da Deliberação nº 37/2013.
A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da Cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.
Contrato de concessão
As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.
Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.
Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.
O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário ou a previsão de indenização pelos investimentos não amortizados, não sendo requerido, desta forma o registro do valor a pagar até final da concessão.
Continuidade operacional
Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R$ 71.852 (R$ 21.716 em 31 de dezembro de 2013). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses serão oriundos do recebimento de créditos com partes relacionadas (ver nota explicativa nº 10 - Partes relacionadas). Adicionalmente, a Administração vem efetuando monitoramento permanente e adotando medidas que possam impactar positivamente nas operações da Companhia.
Cabe destacar que as atividades operacionais de transporte ferroviário de cargas da Companhia foram efetivamente iniciadas somente em dezembro de 2013, cuja aprovação do laudo de avaliação patrimonial pela Assembleia Geral Extraordinária foi datado de 27 de dezembro de 2013 (ver nota explicativa nº 4 - Incorporação societária).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade
As presentes demonstrações financeiras incluem:
As demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).
A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 10 de março de 2015.
b. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.
c. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
d. Uso de Estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.
As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- Nota 6 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 11 - Valor residual do ativo imobilizado e análise de recuperabilidade; e
- Nota 16 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.
a. Moeda estrangeira
i. Transações em moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.
O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c. Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

• O custo de materiais e mão de obra direta;

• Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

• Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de

produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.
O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.
O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i. Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.
Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:
a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
b. O contrato contém direito de utilização do ativo.
A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Impacto de novas legislações

Medida Provisória nº 627/2013 (“MP 627”)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a MP 627 que modifica de forma relevante as regras tributárias do Imposto de Renda e da Contribuição Social, dentre outras. Os dispositivos da MP 627 entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano calendário de 2014.
Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a MP 627, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.
A Administração analisou os impactos tributários que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973, conversão da MP 627, e concluiu que não houve distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, a Administração avalia que não haverá encargos tributários adicionais em relação à distribuição de lucros nos últimos 5 anos. A Administração não optou pela aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	2018
IFRS15	"Receita de contratos com clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18-Receitas e correspondentes interpretações.	2017

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Empresa espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

o. IFRIC 12 - Service Concessions Agreements (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - *Service Concessions Agreements*, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e os limites máximos das tarifas de referência homologadas pela concedente são bastante superiores aos preços praticados pela Companhia, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento a IFRIC 12 - *Service Concessions Agreements* e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

4. INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA

Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2013 (Data do Evento), foi aprovado por unanimidade dos acionistas da Transnordestina, sociedade ligada da Companhia, o Protocolo de Cisão Parcial da Transnordestina seguido de Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia.

A cisão fez parte de uma proposta de reorganização de negócios envolvendo a Transnordestina e a Companhia nos termos das Resoluções ANTT nº 4.041/2013 e 4.042/2013 e da Deliberação ANTT nº 37/2013, e no âmbito do Acordo de Investimentos celebrado por Companhia Siderúrgica Nacional, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, tendo por objetivo a segregação da quase totalidade dos ativos ligados à Malha I (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo e Paula Cavalcante a Macau) ("Parcela Cindida") e a incorporação da Parcela Cindida pela Incorporadora, viabilizando a criação de adequada estrutura de acompanhamento e fiscalização dos órgãos públicos em relação aos ativos e passivos ligados à Malha II (que compreende os trechos ferroviários entre as cidades de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém) e terá sua implementação na forma do disposto no Protocolo de Cisão Parcial seguida de Incorporação ("Protocolo"), firmado em 05 de dezembro de 2013 entre os administradores da Incorporadora e da Companhia, assim como das Justificações apresentadas pelas respectivas administrações da Incorporadora e da Companhia ("Justificações").

Em decorrência da cisão, o patrimônio líquido da Companhia foi aumentado em R$ 193.450, sendo o referido aumento integralmente destinado à conta de capital social da Companhia, em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado, tomando-se por base os registros contábeis, tal como refletidos nas demonstrações financeiras intermediárias da Transnordestina, levantadas especialmente para este fim em 30 de novembro de 2013 (Data-base). O acervo compreende aqueles bens e direitos arrolados e identificados no competente laudo de avaliação preparado pelos peritos nomeados pelos acionistas da Companhia.

Está demonstrada a seguir a posição do acervo patrimonial levantado na Data-base do laudo de avaliação:

	Acervo patrimonial em 30/11/2013
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	686
Contas a receber de clientes e outros créditos	4.231
Estoques	18.484
Impostos a recuperar	7.016
Outras contas a receber	581
	30.998
Ativos não circulantes	
Contas a receber de clientes e outros créditos	2.338
Partes relacionadas	178.937
Depósitos judiciais	14.442
Impostos a recuperar	11.596
Imobilizado	174.973
	382.286
Total dos ativos	413.284
Passivos circulantes	
Fornecedores	22.710
Empréstimos e financiamentos	25.662
Impostos e contribuições a recolher	4.681
Partes relacionadas	7.486
Outras contas a pagar	7.632
Adiantamento de clientes	1.842
	70.013
Passivos não circulantes	
Empréstimos e financiamentos	100.528
Receita diferida	6.799
Provisões para riscos cíveis, fiscais, tributários e cíveis	32.190
Partes relacionadas	5.958
Outras contas a pagar	1.533
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.813
	149.821
Total dos passivos	219.834
Patrimônio líquido contábil	193.450

Em decorrência da incorporação ter ocorrido com a data-base do laudo de avaliação, em 30 de novembro de 2013, os saldos de resultado apresentados nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 para comparabilidade contemplam apenas um mês de operação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	260	7.459
Total	260	7.459

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Clientes	9.583	7.669
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(2.836)	(2.440)
	6.746	5.229
Não circulante		
Crédito com companhia pública e autárquica - RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.	2.338	2.338
Total	9.084	7.567

Conforme contrato de concessão as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A., serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a Administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

Composição da carteira por idade de vencimento	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	5.735	3.874
Vencidos		
De 1 a 30 dias	867	1.504
De 31 a 60 dias	355	8
De 61 a 360 dias	290	5
Acima de 360 dias	4.674	4.616
Total vencidos	6.186	6.133
Total	11.921	10.007

Movimentação da perda estimada no exercício	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(2.440)	-
(+) Incorporação do saldo	-	(2.440)
(+) Adições no exercício	(396)	-
(=) Saldo final	(2.836)	(2.440)

A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes considerando os títulos vencidos acima de 31 dias (variando de 50% a 100% do valor do título), perdas históricas e análise de rentabilidade futura e entende que o montante constituído é suficiente para cobrir eventuais perdas de inadimplência no exercício.

A Companhia realizou estudos para calcular o ajuste a valor presente, e após análise de relevância, o ajuste a valor presente foi julgado imaterial, não sendo efetuado seu reconhecimento nas demonstrações financeiras.

7. ESTOQUES	31/12/2014	31/12/2013
Almoxarifado	7.832	8.158
Adiantamentos a fornecedores para aquisição de estoques	252	1.574
Perdas estimadas em estoques	(259)	(251)
Total	7.825	9.481

8. IMPOSTOS A RECUPERAR	31/12/2014	31/12/2013
ICMS sobre ativo imobilizado	9.283	10.360
Imposto de renda retido na fonte	7.231	5.437
ICMS a recuperar	6.190	3.702
IRPJ a compensar	1.736	1.736
CSLL a compensar	249	249
Outros	40	40
Total	24.729	21.524
Circulante	12.432	9.353
Não circulante	12.297	12.171

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

Imposto de renda retido na fonte

Montante composto principalmente por valores retidos sobre aplicações financeiras de curto prazo já resgatadas e sobre juros ativos recebidos referentes a contratos de mútuo com sociedades coligadas.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo apropriada mensalmente ao resultado, proporcionalmente à vigência contratada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

10. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a. Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão listados a seguir:

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	114.161	-	114.161	104.182
Cessão de créditos (b)	-	163.029	163.029	180.283
Total ativo	114.161	163.029	277.190	284.465
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	-	37.274	37.274	5.482
Serviços compartilhados (d)	9.057	-	9.057	-
Outras contas a pagar (e)	6.009	-	6.009	-
Total passivo	15.066	37.274	52.340	5.482
Resultado				
Receitas financeiras	11.684	18.367	30.051	2.620
Despesas financeiras	-	-	-	95
Despesas com serviços compartilhados	9.057	-	9.057	-
Total resultado	20.741	18.367	39.108	2.715

(a)Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 102% do CDI e IOF.

(b)Cessão de créditos - Cessão onerosa de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL para a acionista CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 29 de novembro de 2013 foi assinado junto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) um instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R$ 526.285 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R$ 526.285, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), resultando no valor de R$ 178.937, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de Parcelamento permite que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, sejam liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilize seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN pagará à Companhia o montante de R$ 178.937, devidamente corrigido pela variação da taxa Selic, devendo o saldo ser liquidado até 29 de maio de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve liquidação no montante de R$ 32.500, baixa decorrente de glosa da Receita Federal no montante de R$ 3.121 e a atualização monetária acumulada no exercício foi de R$ 18.367.

(c)Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC efetuado pela controladora.

(d)Serviços compartilhados - Pela utilização comum da estrutura administrativa pelas duas companhias, foi firmado um contrato de compartilhamento de despesas, que regula a metodologia de apuração e divisão dos gastos entre elas.

(e) Outras contas a pagar - Referente a saldos a pagar por compras e reembolso de despesas, classificadas nas demonstrações financeiras dentro do grupo de fornecedores e outras contas a pagar.

b. Honorários da Diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	783	-

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	Taxa anual de depreciação/ amortização (% a.a.)	Custo	Depreciação/ amortização	31/12/2014 Líquido	31/12/2013 Líquido
Máquinas e equipamentos	10	23.596	(11.903)	11.693	8.898
Vagões e veículos	20	8.139	(879)	7.260	1
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	485.286	(126.399)	358.887	209.097
Trilhos	4	21.578	(6.149)	15.429	6.128
Dormentes	19,39	113.282	(60.161)	53.121	6.614
Equipamentos de comunicação	20	2.710	(1.052)	1.658	44
Lastro	3,33	15.487	(4.377)	11.110	4.432
Outras imobilizações	15	13.858	(1.341)	12.517	6.187
Total imobilizado em operação		683.936	(212.261)	471.675	241.401
Imobilização em andamento (b)	-	35.486	-	35.486	231.845
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	-	(279.296)	-	(279.296)	(279.296)
Total imobilizado		440.126	(212.261)	227.865	193.950
Intangível	20	679	(34)	645	-

(a)Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação % 31/12/2014 e 31/12/2013
Edificações	25 anos	4,00
Via permanente	60 anos	1,66
Veículos	10 anos	10,00
Locomotivas	25 anos	4,00
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10,00
Acessórios metálicos	20 anos	5,00

(b)Refere-se a gastos incorridos na revitalização de trechos e bens utilizados para transporte de cargas na malha ferroviária atualmente em operação, representando um prolongamento da vida útil dos referidos ativos.

Movimentação

	Saldo em 31/12/2013	Transferência	Adições	Depreciação do exercício	Saldo em 31/12/2014
Imobilização em operação, líquido					
Máquinas e equipamentos	8.898	4.676	-	(1.881)	11.693
Vagões e veículos	1	7.476	-	(217)	7.260
Benfeitoria em propriedade arrendada	209.097	162.587	-	(12.797)	358.887
Trilhos	6.128	9.812	-	(511)	15.429
Dormentes	6.614	51.517	-	(5.010)	53.121
Equipamentos de telecomunicação	44	1.774	-	(160)	1.658
Lastro	4.432	7.043	-	(365)	11.110
Outras imobilizações	6.187	6.436	2	(108)	12.517
Total imobilizado em operação	241.401	251.321	2	(21.049)	471.675
Imobilização em andamento	231.845	(252.000)	55.641	-	35.486
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	(279.296)
Total Imobilizado	193.950	(679)	55.643	(21.049)	227.865
Intangível	-	679	-	(34)	645

Impairment

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da malha II (Projeto Nova Transnordestina remanescente na Transnordestina Logística S.A.). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R$ 279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

A Companhia efetuou nova análise do valor recuperável de seus ativos (*Impairment*) na data base de 31 de dezembro de 2014, conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma reversão ou perda estimada adicional ao valor já reconhecido de R$ 279.296. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

12. FORNECEDORES

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores de insumos e serviços	35.522	15.786
Seguros	1.983	2.209
Outros	2.019	3.439
Total	39.524	21.434

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Referem-se a recebimentos eventuais de contratantes de serviços de transporte de cargas, mediante antecipação de valores conforme negociações contratuais, sendo posteriormente compensados à medida que os serviços sejam efetivamente prestados e as respectivas receitas sejam reconhecidas no resultado da Companhia, pelo regime de competência.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações com pessoal	4.614	-
Arrendamento a pagar (a)	3.321	3.113
Royalties sobre exploração de bens arrendados (b)	3.366	2.093
Parcelamento do TAC e receitas alternativas (c)	9.420	-
Outros	2.443	205
Total	23.164	5.411
Circulante	12.988	3.878
Não circulante	10.176	1.533

a. Arrendamento a pagar

Ver nota explicativa nº 1 - Contrato de concessão.

b. Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a União, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

Encontra-se registrado o parcelamento realizado junto à ANTT, referente aos *royalties* sobre receitas alternativas obtidas em exercícios anteriores, no montante de R$ 1.692, a ser pago em 54 parcelas mensais atualizadas pela taxa SELIC + 1% a.m.

c. Parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

Refere-se ao saldo a pagar do parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) realizado junto à ANTT, em 54 parcelas mensais atualizadas pela taxa SELIC + 1% a.m.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em 31/12/2013	Atualização monetária	Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2014
BNDES (a)	2015 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	123.380	7.037	(24.653)	(7.139)	98.625
			123.380	7.037	(24.653)	(7.139)	98.625
Circulante			24.906				24.180
Não circulante			98.474				74.445

a. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária nordestina.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2015, 2019 e 2020.

Cronograma de desembolsos BNDES

	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	25.031
2015	24.304	24.028
2016	17.163	17.163
2017 a 2020	57.158	57.158
Total	98.625	123.380

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

			31/12/2014	31/12/2013
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis (a)	6.388	115	6.273	6.498
Trabalhistas (b)	9.731	8.349	1.382	366
Tributárias (c)	2.706	7.901	(5.195)	(4.165)
Previdenciárias	780	-	780	724
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774	774
Outras contingências (e)	243	-	243	6.158
Multa Poder Concedente (f)	-	-	-	6.368
	20.622	16.365	4.257	16.723

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo em 31/12/2013	Adições à provisão	Utilização	Baixa (**)	Reclassificação/ reversão (*)	Saldo em 31/12/2014
Cíveis	6.613	1.176	(1.002)	(399)	-	6.388
Trabalhistas	8.140	3.658	(804)	(1.263)	-	9.731
Tributárias	2.504	227	-	(25)	-	2.706
Previdenciárias	724	56	-	-	-	780
Outras provisões	13.300	-	-	-	(12.283)	1.017
Total	31.281	5.117	(1.806)	(1.687)	(12.283)	20.622

(*)O valor de R$ 12.283 corresponde à reversão de R$ 442 de provisão relacionada à perda em contrato com cláusula de *take or pay*; R$ 2.673 à reversão de parte da provisão para fazer face a perdas de combustível em trânsito e multa de diferença no valor do frete, ambas com contrapartida em outras despesas, R$ 6.368 de reclassificação para outras contas a pagar, em função do parcelamento do TAC e R$ 2.800 de reclassificação para adiantamento de clientes.
(**)As baixas ocorridas em 2014 foram decorrentes de diminuição dos valores de riscos, bem como das mudanças de grau dos riscos dos processos.

a. Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais considerados pelos seus advogados como prováveis de perda, no montante de R$ 6.388 (R$ 6.613 em 31 de dezembro de 2013). Para suportar essas contingências cíveis, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R$ 115 (R$ 115 em 31 de dezembro de 2013).

b. Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R$ 9.731 (R$ 8.140 em 31 de dezembro de 2013). Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R$ 8.349 (R$ 7.774 em 31 de dezembro de 2013). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

c. Contingências tributárias

A Companhia possui diversas ações tributárias, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R$ 2.706 (R$ 2.504 em 31 de dezembro de 2013). Para suportar essas contingências tributárias, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R$ 7.901 (R$ 6.669 em 31 de dezembro de 2013). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

d. Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face de eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. Considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados foi provisionado o montante de R$ 774 (R$ 774 em 31 de dezembro de 2013).

e. Outras contingências

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém registrada uma provisão de R$ 243 (R$ 6.158 em 31 de dezembro de 2013), para fazer face a eventuais perdas de combustível entre o volume do Planejamento Mensal e o volume efetivamente transportado e disponibilizado (*Take or Pay*) pela Companhia.

f. Multa poder concedente

Por conta do parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), a Companhia reclassificou para "Outras Contas a Pagar" a provisão de R$ 6.368 (R$ 6.368 em 31 de dezembro de 2013), para fazer face ao pagamento de valores devidos pela Companhia à ANTT, a título de sanções pecuniárias. Ver nota explicativa nº 14.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$ 114.665 (R$ 52.179 em 31 de dezembro de 2013) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações indenizatórias de acidentes ferroviários e verbas rescisórias trabalhistas. Abaixo as principais causas:

• Ação de Indenização, na esfera cível, processo nº 29206-86.2012.8.10.0001, em curso na 7ª Vara Cível da comarca de São Luís (MA), visa indenização por danos morais e estéticos com pedido de Tutela Antecipada por acidente ferroviário. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.040 (R$ 1.000 em 31 de dezembro de 2013).

• Ação na esfera tributária, processo nº 3596-92.2007.8.10.0001, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade/ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 2.973 (R$ 2.604 em 31 de dezembro de 2013).

• Ação na esfera tributária, processo nº 11108-58.2009.8.10.0001, visa a declaração de nulidade dos autos de infração nº 54763000120-9, 54763000122-5, 54763000123-3, 54763000124-1, 54763000110-1, 54763000112-8, 54763000113-6, 54763000114-4, 54763000118-7,54763000117-9,54763000130-6, 54763000131-4, 54763000132-2, 54763000125-0, 54763000128-4 e 54763000129-2, que exigem crédito tributário de ICMS. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 3.084 (R$ 2.700 em 31 de dezembro de 2013).

• Auto de Infração nº 93300008.09.00001357/2012-94 lavrado para constituição de suposto crédito tributário de ICMS decorrente da glosa de crédito do imposto no período de janeiro/2004 a dezembro/2008 referente a aquisição de óleo combustível utilizado como insumo na prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas, em favor de terceiros. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 8.176 (R$ 7.160 em 31 de dezembro de 2013).
• Ação Anulatória, na esfera cível, processo nº 35032-13.2005.4.01.3400 (2005.34.00035532-2), visa anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.750 (R$ 1.683 em 31 de dezembro de 2013).
• Ação de Cobrança, na esfera cível, processo nº 0000350-72.2007.4.02.5101 (2007.51.01.000350-6), relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio Railnet (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.803 (R$ 1.334 em 31 de dezembro de 2013).
• Ação Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de antecipação de tutela, na esfera tributária, processo nº 0020103-94.2008.8.10.0001 (20.103/2008), visa a anulação dos Autos de Infração nºs 2.936.043.239 e 2.936.043.241, lavrados para exigir suposto débito de ISS relativo à cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2014 o montante de R$ 1.277 (R$ 1.118 em 31 de dezembro de 2013).
• Autos de Infração nº 682.675/D, 682.676/D, 682.678/D, 682.679/D, na esfera ambiental, nos quais a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos. A estimativa de perda financeira de risco possível, é no montante de R$ 10.864, R$ 10.864, R$ 18.971 e R$ 18.971, respectivamente.

17. RECEITA DIFERIDA

Refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 no montante de R$ 6.198 (R$ 6.752 em 31 de dezembro de 2013) pagos pela Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia pelo período de 26 anos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 346.386.585 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (10.000 em 31 de dezembro de 2012).
Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	Quantidade de ações	
	31/12/2014	**31/12/2013**
Companhia Siderúrgica do Nacional - CSN	306.241.571	306.241.571
Taquari Participações S.A.	40.145.014	40.145.014
	346.386.585	346.386.585

b. Reservas

• *Reserva legal*

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico/diluído por ação	**31/12/2014 Total**	**31/12/2013 Total**
Prejuízo do exercício	(9.992)	(4.142)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	346.386.585	27.687.633
Resultado por ação - básico (por lote de mil ações)	(0,0288)	(0,1496)

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, por não haver instrumentos antidiluidores.

19. RECEITA LÍQUIDA

Receita bruta

	31/12/2014	**31/12/2013**
Receita de serviços de transportes	75.858	4.703
Receita com direito de passagem	22.570	1.287
Receita com gestão patrimonial	8.368	206
Total da receita bruta	106.796	6.196

Deduções da receita bruta

	31/12/2014	**31/12/2013**
ICMS	(7.159)	(523)
PIS	(1.723)	(110)
COFINS	(7.935)	(507)
ISS	(1.793)	(64)
INSS	(1.075)	-
Deduções e abatimentos	(1.222)	-
	(20.907)	(1.204)
Receita líquida dos serviços prestados	85.889	4.992

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

	31/12/2014	**%**
Maior cliente	15.374	14
2º e 3º maiores clientes	25.422	24
Outros	66.000	62
Total	106.796	100

20. DESPESAS POR NATUREZA

Custos

	31/12/2014	**31/12/2013**
Folha de pagamento	(23.040)	(2.128)
Material	(19.131)	(1.780)
Serviço	(23.812)	(1.387)
Depreciação e amortização	(17.470)	(1.204)
Total dos custos	(83.453)	(6.499)
Despesas administrativas		
Folha de pagamento	(289)	(714)
Material	(723)	(178)
Serviço	(10.066)	(238)
Depreciação e amortização	(1.653)	(112)
Outros	-	(185)
Total das despesas administrativas	(12.731)	(1.427)
Despesas com vendas		
Folha de pagamento	(984)	(145)
Serviço	(610)	(28)
Perda estimada para devedores duvidosos	(396)	-
Depreciação e amortização	(64)	(5)
Total das despesas com vendas	(2.054)	(178)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Provisão para riscos	(3.053)	(991)
Custos de ociosidade	(3.183)	(591)
Depreciação e amortização de bens ociosos	(1.896)	(94)
Outros	(2.939)	(127)
Total das outras receitas e despesas operacionais	(11.071)	(1.803)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2014	**31/12/2013**
Receitas financeiras		
Juros sobre operações com partes relacionadas (a)	30.051	2.620
Outros	202	20
	30.253	2.640
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.229)	(909)
Juros sobre arrendamento	(5.666)	(455)
Outros	(809)	(503)
	(13.704)	(1.867)
Resultado financeiro	16.549	773

(a) Ver nota explicativa nº 10.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros

	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
					31/12/2014
Contas a receber (nota 6)	9.084	6.746	-	-	2.338
Partes relacionadas (nota 10):					
Mútuo (a)	114.161	38.821	10.601	64.739	-
Cessão de créditos (a)	163.029	81.515	81.514	-	-
Total	286.274	127.082	92.115	64.739	2.338

(a) Ver nota explicativa nº 10.

Passivos financeiros

	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
						31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	98.625	12.602	11.702	17.163	57.158	-
Fornecedores e outras contas a pagar	62.688	52.512	-	-	-	10.176
Total	161.313	65.114	11.702	17.163	57.158	10.176

b. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2014 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d. Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 22 (a).

e. Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo atrelado a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2014
Ativos em SELIC	163.029
Ativos em 102% do CDI	114.161
Passivos em TJLP	98.625

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 102% do CDI à taxa de 10,99% a.a., SELIC à taxa de 10,86% a.a. e TJLP à taxa de 5,00% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	**Risco**	**Cenário provável**	**Cenário 1 (variação de 25%)**	**Cenário 2 (variação de 50%)**
Transação				
Empréstimo em TJLP	98.625	TJLP a 5%	TJLP a 3,75%	TJLP a 2,5%
Despesa financeira		(4.931)	(3.698)	(2.466)
Valores a receber em SELIC	163.029	SELIC a 10,86%	SELIC a 13,58%	SELIC a 16,29%
Receita financeira		17.705	22.139	26.557
Valores a receber em 102% CDI	114.161	CDI a 10,99%	CDI a 13,74%	CDI a 16,49%
Receita financeira		12.546	15.686	18.825

Variação negativa	**Risco**	**Cenário provável**	**Cenário 1**	**Cenário 2**
Transação				
Empréstimo em TJLP	98.625	TJLP a 5%	TJLP a 6,25%	TJLP a 7,5%
Despesa financeira		(4.931)	(6.164)	(7.397)
Valores a receber em SELIC	163.029	SELIC a 10,86%	SELIC a 8,15%	SELIC a 5,43%
Receita financeira		17.705	13.287	8.852
Valores a receber em 102% CDI	114.161	CDI a 10,99%	CDI a 8,24%	CDI a 5,50%
Receita financeira		12.546	9.407	6.279

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2014, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R$ 10.000 para danos materiais, R$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 30 de setembro de 2014 a 30 de setembro

de 2015, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R$ 500, danos corporais a terceiros de R$ 1.000 com vigência até setembro de 2015.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	31/12/2014
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(1.806)
Depósitos judiciais pagos por parte relacionada	2.062

DIRETORIA

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Ricardo Fernandes
Diretor Administrativo Financeiro de Relações com Investidores

Fernando Botelho Assunção - CRC CE nº 023494/O-4 - Contador Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com as empresas Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, afiliada e controladora da Companhia, respectivamente, representadas basicamente por contratos de mútuo e de cessão de créditos, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as respectivas empresas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O - 8 "F" CE

Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora
CRC 1RJ 048.044/0-8 "T" BA